

AUTOCOMPREENSÃO DA IGREJA CATÓLICA ROMANA EM RELAÇÃO AO PLURALISMO SOCIAL E RELIGIOSO

SELF-UNDERSTANDING IN THE ROMAN CATHOLIC CHURCH IN RELATION TO SOCIAL AND RELIGIOUS PLURALISM

*Geraldo Luiz Borges Hackmann**

Resumo

O presente artigo foi resultado de uma palestra proferida no Seminário Católico-Luterano sobre *Eclesiologia Ecumênica*, acontecido em São Leopoldo, RS, sob a coordenação da Comissão de Diálogo Bilateral Católico-Luterano do Brasil. O objetivo do texto é mostrar a autocompreensão que a Igreja Católica Romana, como é a terminologia usual no diálogo ecumênico, tem de si mesma, a fim de favorecer um diálogo com a Igreja de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Diante disso, iniciou-se com a abordagem da autoidentidade da Igreja, perpassando os principais pontos doutrinários, de acordo com a sua Tradição e reflexão teológica, e que exprimem sua identidade para, em seguida, examinar a sua relação com o pluralismo social e religioso. O autor procurou, através de uma linguagem, ao mesmo tempo, sincera e respeitosa, perpassar os principais pontos doutrinários, a fim de favorecer um diálogo ecumênico em torno da Eclesiologia.

PALAVRAS-CHAVE: Ecumenismo. Eclesiologia ecumênica. Igreja Católica. Igreja Luterana no Brasil. Pluralismo. Diálogo.

Abstract

This article was the result of a lecture given at the Catholic-Lutheran Seminar on Ecumenical Ecclesiology, held in Sao Leopoldo, RS, coordinated by the

* Doutor em Teologia, professor da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e membro da Comissão Teológica Internacional. Endereço eletrônico: <gborgesh@puers.br>.

<i>Teocomunicação</i>	Porto Alegre	v. 41	n. 1	p. 16-32	jan./jun. 2011
-----------------------	--------------	-------	------	----------	----------------

Commission for Catholic-Lutheran Bilateral Dialogue of Brazil. The purpose of the paper is to show the self-understanding that the Roman Catholic Church, as is the usual terminology in ecumenical dialogue, has of itself, in order to promote a dialogue with the Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB). Thus, the route taken was to start with the approach to the Church's self-identity, passing through the major doctrinal points that express its identity, according to their Tradition and theological reflection, and then examine their relationship with social and religious pluralism. The author has, through a sincere and respectful language, permeated the major doctrinal points, in order to foster an ecumenical dialogue concerning Ecclesiology.

KEYWORDS: *Ecumenism. Ecumenical Ecclesiology. Catholic Church. Lutheran Church in Brazil. Pluralism. Dialogue.*

Introdução

O presente artigo foi resultado de uma palestra proferida no Seminário Católico-Luterano sobre *Eclesiologia Ecumênica*, acontecido entre os dias 21 e 23 de setembro de 2010, em São Leopoldo, na Casa das Diaconisas, pertencente à Igreja de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sob a coordenação da Comissão de Diálogo Bilateral Católico-Luterano do Brasil.

O objetivo desta palestra está bem claro: mostrar a autocompreensão que a Igreja Católica Romana, como é a terminologia usual no diálogo ecumênico, tem de si mesma. Esta apresentação seguiu uma análoga por parte da IECLB. Após, estabeleceu-se um diálogo. A linguagem, por isso mesmo, é sincera, objetiva e clara, a fim de expor com precisão e respeito a identidade da Igreja Católica e propiciar um diálogo franco, como requer o movimento ecumênico em curso. A base do diálogo ecumênico é a pureza da doutrina de cada Confissão, fugindo do irenismo, como adverte o Vaticano II,¹ que propicia o conhecimento mútuo² e alcançar o objetivo do Ecumenismo, que é a reconstituição da unidade entre todos os cristãos, a fim de superar o escândalo para o mundo da divisão ora existente.³

Diante disso, iniciou-se com a abordagem da autocompreensão da Igreja, perpassando os principais pontos doutrinários, que exprimem

¹ Cf. *Unitatis Redintegratio* 11.

² Cf. *id.* 9.0

³ Cf. *id.* 1.

sua identidade, para, em segundo lugar, examinar a sua relação com o pluralismo social e religioso.

1 A Identidade da Igreja Católica Romana

Quando se pretende expor a autocompreensão da identidade da Igreja Católica, não se pode deixar de fazer referência a Jesus Cristo. De fato, a Igreja Católica se entende fundada por Jesus Cristo⁴ e o seu mistério se manifesta desde aí⁵ como uma comunidade de fé, reunida em seu nome, e que quer celebrar a sua fé nele e anunciá-lo a todos os povos do mundo, para que a humanidade possa crer que Jesus de Nazaré é o Cristo, o filho de Deus, o salvador da humanidade (cf. *Jo* 20,30). Assim, a Constituição Pastoral *Lumen Gentium* explica que a Igreja é “em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”.⁶

O Concílio Ecumênico Vaticano II favoreceu nova autocompreensão. Não que tenha havido uma mudança no conteúdo de sua identidade, mas estabeleceu uma nova postura. Esta mudança começou com a superação da identificação entre o Reino de Deus e a Igreja.⁷ A afirmação de que Igreja de Cristo “subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele” e “constituída e organizada neste mundo como uma sociedade”⁸ expõe a compreensão que a Igreja tem de si mesma, de acordo com a sua Tradição, mas não deixa de favorecer uma atitude de diálogo com as outras Igrejas, com outras religiões e com a sociedade em geral, como foi o objetivo do Concílio Vaticano II, e a coloca em uma atitude de diálogo aberto com os demais cristãos e com todas as pessoas de boa vontade no mundo. Já o Papa João XXIII, ao convocar o Concílio Vaticano II, desejava a abertura da Igreja para o mundo e para a sociedade.⁹

⁴ Michael Schmaus enumera as seguintes providências que Jesus tomou para fundar a Igreja: a última Ceia, o chamado dos discípulos e a escolha dos Doze, a escolha de Paulo como apóstolo e a plenitude do poder apostólico dado a Pedro, conforme *Mt* 18,18, e o envio do Espírito Santo. Além disso, deve-se entender a Igreja originada no desígnio salvífico de Deus e na encarnação (cf. M. SCHMAUS, *A fé da Igreja*, vol. IV. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 28-49).

⁵ Cf. *Lumen Gentium* 1.

⁶ *Id.*

⁷ Cf. *Lumen Gentium* 5.

⁸ *Lumen Gentium* 8.

⁹ PAPA JOÃO XXIII, Bula *Humanis Salutis*, de 25 de dezembro de 1961.

Com isso, a Igreja Católica não só quer reconhecer os elementos de verdade ou bens salvíficos que podem existir fora da Igreja Católica,¹⁰ mas também impedir que ela se feche sobre si mesma. A Igreja Católica se entende situada no mundo e a serviço dele. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Ecumênico Vaticano II, escrita a todas as pessoas de boa vontade, retrata muito bem esta nova postura da Igreja Católica, ao afirmar que não existe nada verdadeiramente humano que não ressoe no coração da Igreja.¹¹ Assim, ela se colocou numa atitude de escuta e de diálogo.

Também está de acordo com esta nova postura a afirmação da possibilidade de salvação fora dos limites visíveis da Igreja Católica. O axioma *Extra Ecclesiam nulla salus* é compreendido a partir de seu significado histórico e não como absoluta impossibilidade de salvação. Antes, ele indica a verdadeira Igreja e aponta para a ação do Espírito Santo, que impele a todos para a salvação de Deus, por meio de caminhos diferentes. A expressão patrística *sementes do Verbo* demonstra tal cabertura. Neste sentido, o Vaticano II assevera a possibilidade de salvação para quem segue os ditames naturais de sua consciência e busca a Deus de coração sincero.¹²

1.1 A Igreja é uma comunidade evangelizadora

A Igreja dá continuidade à obra evangelizadora de Jesus Cristo. Assim como ele foi enviado pelo Pai para anunciar a Boa Nova do Reino de Deus, o Evangelho (cf. *Mc* 1,14-15), a Igreja é enviada a anunciar Jesus Cristo a todas as pessoas do mundo inteiro.

A Igreja se entende a partir da missão de evangelizar. A missão da Igreja tem seu fundamento na missão de Jesus Cristo. Por isso, o Papa Paulo VI, na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, assim explica: “Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade”.¹³ E continua: “Existe, portanto, uma ligação profunda entre Cristo, a Igreja e a evangelização. Durante este ‘tempo da Igreja’, é ela que tem a tarefa de evangelizar. E essa tarefa não se realiza sem ela e, menos ainda, contra ela”.¹⁴

¹⁰ Cf. *Unitatis Redintegratio* 3.

¹¹ Cf. *Gaudium et Spes* 1.

¹² Cf. *Lumen Gentium* 16.

¹³ *Evangelii Nuntiandi* 14.

¹⁴ *Evangelii Nuntiandi* 16.

Por isso, a Igreja está a serviço da Palavra de Deus. Ela tem o múnus profético, pois a Revelação foi confiada a toda a Igreja, embora a participação neste múnus seja diferenciada. Nenhum membro do Povo de Deus está excluído desta missão, mas o Papa e os Bispos participam de modo peculiar do múnus profético, diferenciando-se da missão do laicato. O colégio episcopal, como sucessor do colégio apostólico, participa de modo peculiar desta missão, porque recebeu a tarefa de guiar os irmãos na fé e de assegurar a sua reta compreensão contra possíveis desvios. Mas ninguém, na Igreja, pode acrescentar ou excluir algo à Palavra de Deus recebida de Jesus Cristo e que deve ser anunciada com fidelidade.

Portanto, podemos afirmar com alegria que a Igreja Católica tem expressado de forma crescente, nas últimas décadas, esta consciência. Na América Latina ocorre o mesmo. As Conferências Gerais do Episcopado do Continente, desde Medellín (1968) até Aparecida (2007) manifestam a mesma convicção. A Conferência de Santo Domingo, em 1992, afirma ser a Nova Evangelização uma prioridade para a América Latina, pois a evangelização necessita de novo ardor, novos métodos e novas expressões. Assim pode ser definida a Nova Evangelização:

É o conjunto de meios, ações e atitudes aptos para pôr o Evangelho em diálogo ativo com a modernidade e o pós-moderno, seja para interpelá-los, seja para deixar-se interpelar por eles. Também é o esforço por inculturar o Evangelho na situação atual das culturas de nosso Continente.¹⁵

A Conferência Geral do Episcopado da América Latina, celebrado em Aparecida, de 13 a 31 de maio de 2007, destaca, seguindo as Conferências anteriores, que a missão da Igreja é a evangelização, por isso “a Igreja deve cumprir a sua missão seguindo os passos de Jesus e adotando suas atitudes (cf. *Mt 9,35-36*)”.¹⁶ Esta centralidade em Jesus Cristo leva a todo cristão a se tornar discípulo missionário, ou seja, simultaneamente seguidor de Jesus Cristo e portador de sua Boa Nova a todas as pessoas.¹⁷

¹⁵ CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, *Santo Domingo. Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino Americano*. São Paulo: Paulinas, 1992, n. 24.

¹⁶ CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, Paulinas e CNBB, 2007, n. 31.

¹⁷ Cf. *Documento de Aparecida*, n. 101-103.

1.2 *Uma comunidade em comunhão orgânica*

A Igreja Católica pode ser entendida e analisada de diversas formas, a partir do uso de chaves teológicas diferentes. Os chamados *modelos de Igreja* serviram para explicar como a Igreja se expressa em um determinado período de sua história, na relação entre essência e forma.¹⁸ Contudo, pode-se compreender a Igreja como uma comunidade orgânica, ou seja, na justa relação entre o invisível e o visível, que simultaneamente estão presentes na estrutura da mesma. Esta é uma maneira nova de compreender a Igreja a partir daquilo que a faz ser Igreja de Jesus Cristo, isto é, da presença da graça de Deus (dimensão divina) e das pessoas (dimensão humana) que a formam como uma comunidade de salvação. A *Lumen Gentium* descreve muito bem esta realidade, quando afirma que a Igreja é “simultaneamente visível e invisível”.¹⁹ Isto é compreender a Igreja como uma comunidade orgânica de salvação.

Esta forma de compreender a Igreja supera uma visão que parte da divisão entre hierarquia e laicato, superando, ao mesmo tempo, o clericalismo e o laicismo e uma compreensão da Igreja somente como hierárquica. Neste sentido, a divisão da Igreja entre hierarquia e laicato e a sua constituição hierárquica passam a assumir uma nova configuração, pois deixam de ser o ponto de partida da compreensão de si mesma para dar lugar à relação entre Deus e o ser humano, que acolhe a graça de Deus e se reúne em comunidade de fé em torno de Jesus Cristo.

Ao entender-se desse modo, fica sublinhada continuidade entre Cristo e a Igreja, além de compreender a Igreja a partir de um princípio pessoal e não de sua constituição hierárquica. Assim, a sua organização fundamental está baseada neste princípio pessoal. Com isso, não se nega a sua constituição hierárquica, instituída por disposição divina, conforme define o Concílio de Trento,²⁰ mas a situa no conjunto do Povo de Deus, constituído por ela e pelo laicato.²¹ O princípio pessoal indica o chamado de Deus às pessoas na Igreja para exercerem uma missão determinada, que pode ser tanto na hierarquia quanto no laicato.

¹⁸ Cf. A. DULLES, *Modelos de Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1978.

¹⁹ *Lumen Gentium* 8.

²⁰ Cf. H. DENZINGER e P. HÜNERMANN, *Enchiridion Symbolorum. Definitionum et Declarationum de rebus fidei et morum*. Dehoniane: Bologna, 1991 (de agora em diante *DH*), 1776.

²¹ Ver, a propósito, a ordem dos capítulos 3 e 4 da *Lumen Gentium*, que explicam quem compõe o Povo de Deus (capítulo 2).

Por conseguinte, o acento está na ação de Deus na comunidade de fé, a *communio fidelium*, e não tanto na tarefa a ser exercida na comunidade eclesial. Assim, todos os membros da Igreja vivem em fraternidade e igualdade, fruto do mesmo Batismo. Depois é que vem a diferenciação, fruto do chamado pessoal diferente de Deus às pessoas.

1.3 *As notas da Igreja*

As notas da Igreja caracterizam a Igreja em si mesma. Elas manifestam aquilo que a Igreja é em si, a partir de sua essência, e ajudam a entender o seu mistério através da linguagem humana.²² As notas da Igreja pertencem à sua tradição doutrinal, pois já se encontram na época patristica, como em Cirilo de Jerusalém, por volta de 343,²³ no Símbolo de Epifânio, de 374,²⁴ no Concílio de Nicéia, de 325, no cânon 8,²⁵ e no Concílio de Constantinopla, de 381.²⁶ Apesar de na história das notas constar uma quantidade maior, a Igreja tem consagrado apenas quatro: unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade.

A *unidade* é compreendida a partir da unidade de Deus uno e trino, que comunica sua unidade e unicidade à Igreja. Ela se realiza através de três formas: a unidade mediante a mesma fé, mediante a celebração dos mesmos sacramentos e mediante a comunhão da vida social sob os mesmos pastores. Estas três formas de unidade foram citadas pelo Papa Pio XII, na Encíclica *Orientalis Ecclesiae*, de 9 de abril de 1944, usando o esquema dos três vínculos, de acordo com a tradição teológica tomista anterior: *vinculum symbolicum*, *liturgicum* e *socialis* ou *hierarchicalis*. A ruptura da unidade acontece mediante o cisma e a heresia. O cisma consiste em um ato formal contra a comunhão eclesial, rompendo a comunhão enquanto comunidade de pessoas (*ecclesia congregata*), reunida pelos meios de salvação, a instituição (*ecclesia congregans*), tanto ao nível da Igreja Particular quanto da Igreja Universal. A heresia é a profissão de uma doutrina falsa, que se opõe à revelação e ao *depositum fidei*. Pode ser pecado quando a pessoa que professa a doutrina errônea não quer se deixar corrigir e se obstina em seu erro.²⁷

²² Cf. G. L. B. HACKMANN, *A amada Igreja de Jesus Cristo. Manual de Ecclesiologia como Comunhão Orgânica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 101.

²³ DH 41.

²⁴ DH 42.

²⁵ DH 55.

²⁶ DH 150.

²⁷ Cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cânon 751.

A *santidade* da Igreja decorre da santidade de Deus, que comunica este seu atributo à sua Igreja. Neste sentido, a santidade é uma tarefa, pois a Igreja permanentemente “reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo, santa e sempre necessitada de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação” (*Lumen Gentium* 8). A Igreja, assim, é uma comunidade de irmãos reunidos na mesma fé e que se esforçam diariamente para viver fiel e generosamente o seu Batismo e a sua qualidade de membros do Povo de Deus.²⁸

A *catolicidade* consiste na dimensão universal da Igreja. Ela provém do plano salvífico de Deus Trino, que chama todas as pessoas à salvação, e cria a consciência de pertença a um grupo único com extensão universal.²⁹ Os santos Padres, já no século III, entenderam no caráter “universal” da comunhão da mesma fé um sinal distintivo da verdadeira Igreja, em oposição às heresias. Como exemplo, pode citar-se Agostinho, que viu neste argumento sua principal tese para se opor aos donatistas.³⁰ Por ser católica, a Igreja tem a sua índole missionária, ou seja, a missão de anunciar o Evangelho da salvação a todos os povos.³¹

A *apostolicidade* diz respeito aos Doze apóstolos. A Igreja vive da herança recebida dos Doze, que, por sua vez, receberam diretamente de Cristo, na convivência cotidiana terrena com o Mestre. Há uma identidade que perpassa o tempo e o espaço, ditada pelos Doze, da qual a Igreja vive e que não se desfez com o passar dos séculos. Esta herança se dá tanto na missão quanto no ministério. A Igreja continua a missão recebida de Cristo por meio dos Doze através da evangelização. A Igreja dá continuidade ao ministério recebido de Jesus Cristo por meio dos Bispos, que são os sucessores dos Doze. A vida peregrina da Igreja acontece em seus princípios formais e na instituição como *Ecclesia congregans* para tornar-se universal em sua vida histórica, como *Ecclesia congregata*.

1.4 A necessidade da Igreja para a salvação

A Igreja Católica se entende como necessária para a salvação. A necessidade da Igreja para a salvação foi considerada, durante muitos séculos, aquisição pacífica da doutrina cristã e foi conscientemente

²⁸ A propósito, ver M. DE SALIS, *Concittadini dei santi e familiari di Dio. Studio storico-teologico sulla santità della Chiesa*. Roma: EDUSC, 2008.

²⁹ G. L. B. HACKMANN, p. 121.

³⁰ AGOSTINHO, *Sermo* 46,8,18 (PL 38,280-281).

³¹ Cf. *Lumen Gentium* 17.

reproposta pelo Vaticano II na *Lumen Gentium* 14. Contudo, nos últimos tempos, o tema foi objeto de questionamento no decorrer do diálogo ecumênico, e, particularmente, no diálogo inter-religioso, no que toca ao tema do valor salvífico universal de Jesus Cristo e da Igreja Católica na relação com as outras religiões. É que parece a Igreja Católica ter perdido qualquer importância salvífica diante da possibilidade de salvação proposta por outras religiões. A teologia que propõe a necessidade da Igreja para a salvação é acusada de *eclesiocentrismo*, ao considerar a Igreja Católica como o único lugar possível de alguém encontrar a salvação. Também a teoria do *voto*, segundo o qual não é necessário pertencer efetivamente (*re*) à Igreja para encontrar a salvação, foi vista como fruto de uma inconsistente visão eclesiocêntrica, porque supõe a necessidade de uma ligação objetiva com a Igreja para obter a salvação de Deus.

Diante disso, é preciso levar em conta dois fatores indiscutíveis: o primeiro, a vontade salvífica universal de Deus, claramente afirmada pela Escritura (cf. *1Tm* 2,4), e, segundo, a constatação de que também fora da Igreja Católica e do Cristianismo é possível encontrar uma verdadeira relação com Deus no que se refere à salvação e uma vida santa.

A necessidade salvífica da Igreja Católica pode ser justificada em base ao princípio de que nela é possível identificar o princípio da transformação salvadora da humanidade: Jesus Cristo como revelação histórica de Deus. Assim, a Igreja se torna o sacramento de Jesus Cristo para a humanidade. Daí deriva a sua sacramentalidade, afirmada pelo magistério do Vaticano II, já lembrado anteriormente. E este é o argumento usado pela Declaração *Dominus Jesus* (2000), fundamentado nos princípios da unicidade da economia salvífica e na função insubstituível da Igreja no que se refere à salvação. Nisto, ainda segundo o documento acima citado, se funda na necessidade, inscrita na manifestação de Deus aos homens em Jesus Cristo, de tornar conhecido a todos o mistério salvífico de Deus, só possível em Jesus Cristo, e tornado visível pela Igreja, através de sua ação sacramental.

A Encíclica *Redemptoris Missio* 55 afirma que a Igreja é a via ordinária de salvação e só ela possui a plenitude dos meios de salvação. A afirmação supõe que existam meios extraordinários, que dependem do Espírito Santo.³² Assim, se mantém a vontade salvífica universal de Deus e a liberdade humana e Jesus Cristo como sacramento do Pai e, como tal, a Igreja como sacramento universal de salvação.

³² Cf. *Redemptoris Missio* 28.

A *Redemptoris Missio* 10 afirma que a Igreja é necessária, porque a salvação acontece para todos por meio de uma misteriosa relação de Jesus Cristo com a Igreja. Ela põe a graça da salvação à disposição de todos. A justificativa vem da relação com o Reino de Deus: a relação é mediada por Cristo e não pelo mundo. Se a Igreja tem uma missão para com o Reino de Deus, é porque a sua relação com Cristo é de outro gênero do que a relação com o mundo ou, mais especificamente, com as outras religiões.

Como toda a humanidade tem a esperança de salvação, é só por meio da Igreja que se sabe que Deus quer conduzir todos à comunhão consigo graças a sua manifestação definitiva em Jesus Cristo. E essa é a missão da Igreja: anunciar o Evangelho da salvação de Jesus Cristo. Diante disso, conclui-se que Cristo pode escolher outros caminhos de salvação, mas só a Igreja conduz à salvação definitiva de Cristo e, por meio dela, se sabe o que é a salvação de Jesus Cristo. Portanto, só por meio da Igreja se sabe que Deus quer conduzir todos à comunhão consigo graças a sua manifestação definitiva em Jesus Cristo. E essa é a missão da Igreja: anunciar o Evangelho da salvação de Jesus Cristo e orar.³³

2 Desafios à Igreja a partir do pluralismo social e religioso

A Igreja, tendo já transcorrido o primeiro decênio do novo século, sofre enormes impactos da mudança de época que a humanidade está passando. O mundo atual não apenas se depara com mudanças, anteriormente nunca tão agudas como hoje, mas também está se transformando por dentro, enquanto surge uma nova civilização, por isso, mudança de época. Portanto, não é apenas época de mudanças, mas mudança de época.³⁴ Esta situação acarreta forte impacto na Igreja Católica, em todos os níveis, tanto interna quanto externamente. A seguir, serão abordados alguns desses aspectos, cuja ênfase é o pluralismo tanto social quanto religioso hoje existente.

³³ Cf. Giacomo Canobbio, *Necessità della Chiesa*. G. CALABRESE, P. GOYRET, O. F. PIAZZA (Ed.), *Dizionario di Ecclesiologia*. Roma: Città Nuova, 2010, p. 947-963.

³⁴ O Documento final da Conferência de Aparecida reconhece essa situação, e afirma que seu nível mais profundo é o cultural (Cf. *Documento de Aparecida* n. 44).

2.1 *Compromisso com a vida humana*

A Igreja, desde sempre, teve um claro e decidido compromisso com a vida humana. Nos dias de hoje, tem reiterado, de forma crescente, este seu compromisso, particularmente diante das variadas ameaças de morte e de violência, sofridas em diversos níveis e lugares. O Papa Bento XVI, em seu discurso inaugural à V Conferência Geral do Episcopado da América Latina, em Aparecida, afirma que os pastores do Continente devem “fomentar uma cultura da vida” e cita o número 21 da *Populorum Progressio*, escrita pelo Papa Paulo VI, em 1967, com a finalidade de promover o desenvolvimento humano integral, que “desenvolve em plenitude a existência humana, em sua dimensão pessoal, familiar, social e cultural”.³⁵ Esse ensinamento está repetido claramente no magistério do Papa Bento XVI, como, por exemplo, quando ele afirma que “a abertura à vida está no centro do verdadeiro desenvolvimento”.³⁶

Anteriormente, o Papa João Paulo II declarava:

Um especial empenho deve colocar-se em alguns aspectos da radicalidade evangélica que frequentemente são menos compreendidos, chegando a tornar-se impopular a intervenção da Igreja, mas isso não pode fazer com que estejam menos presentes na agenda eclesial da caridade. Refiro-me à obrigação de se empenhar pelo *respeito da vida de cada ser humano*, desde a concepção até ao seu ocaso natural. De igual modo, o serviço ao homem obriga-nos a gritar, oportuna e inoportunamente, que todos os que lançam mão das *novas potencialidades da ciência*, principalmente no âmbito das biotecnologias, não podem jamais descuidar as exigências fundamentais da ética, fazendo apelo a uma discutível solidariedade que acaba por discriminar vidas entre si, com desprezo pela dignidade própria de cada ser humano.

Para a eficácia do testemunho cristão, especialmente nestes âmbitos delicados e controversos, é importante fazer um grande esforço para explicar adequadamente os motivos da posição da Igreja, sublinhando, sobretudo, que não se trata de impor aos não crentes uma perspectiva de fé, mas de interpretar e defender valores radicados na própria natureza do ser humano. A caridade tomará

³⁵ PAPA BENTO XVI, *Sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, na sala de Conferência do Santuário de Aparecida*, em 13 de maio de 2007, n. 4.

³⁶ *Caritas in veritate* 28.

então necessariamente a forma de serviço à cultura, à política, à economia, à família, para que em toda a parte sejam respeitados os princípios fundamentais de que depende o destino do ser humano e o futuro da civilização”.³⁷

2.2 Colaboração com o desenvolvimento humano como fruto da consequência ético-cristã da fé e do mandamento do amor

A Igreja está disposta a colaborar com o desenvolvimento do ser humano, não com meios técnicos, mas com o que lhe compete, ou seja, com a motivação evangélica de seus cristãos, a fim de que estes possam, inseridos no mundo, engajar-se no desenvolvimento integral do ser humano, e com o ensinamento ético, que põe a caridade e a solidariedade como parâmetros de referência para o agir ético das pessoas. Assim, o Papa João Paulo II intitula o número 49 da *Novo Millennio Ineunte* com a seguinte expressão: “apostar na caridade”. E explica esse título ao escrever que a caridade abre-se ao serviço universal, por sua natureza, “frutificando no compromisso de um amor ativo e concreto a cada ser humano”.³⁸ E continua:

É conhecido o esforço que o Magistério eclesial tem realizado, sobretudo no século XX, para ler a realidade social à luz do Evangelho e oferecer de forma cada vez mais concreta e orgânica o seu contributo para a solução da questão social, hoje alargada à escala planetária. Esta vertente ético-social é uma dimensão imprescindível do testemunho cristão: há que rejeitar a tentação duma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade, com a lógica da encarnação e, em última análise, com a própria tensão escatológica do cristianismo. Se esta tensão nos torna conscientes do carácter relativo da história, não o faz para nos desinteressarmos do dever de a construir. A tal respeito, continua sempre atual o ensinamento do Concílio Vaticano II: “A mensagem cristã não afasta os homens da tarefa de construir o mundo, nem os leva a desatender o bem dos seus semelhantes, mas, antes, os obriga ainda mais a realizar essas atividades”.³⁹

E o mesmo Papa, com a afirmação seguinte, mostra a impossibilidade de a Igreja ficar indiferente frente às ameaças à vida humana: “Ou face

³⁷ *Novo Millennio Ineunte* 51.

³⁸ *Id.* 49.

³⁹ *Novo Millennio Ineunte* 52.

aos *problemas da paz*, frequentemente ameaçada com o pesadelo de guerras catastróficas? Ou frente ao *vilipêndio dos direitos humanos fundamentais* de tantas pessoas, especialmente das crianças? Muitas são as urgências, a que o espírito cristão não pode ficar insensível”.⁴⁰

2.3 Solidariedade para com todos, especialmente com os mais necessitados e pobres

Tanto a Doutrina Social da Igreja quanto o magistério dos Bispos da América Latina e do Caribe acentuam a necessidade de existir solidariedade com os mais necessitados e pobres. Os documentos do ensino social da Igreja, desde a *Rerum Novarum* (1891) até a *Caritas in Veritate* (2009), denunciam as injustiças sociais e os desequilíbrios sociais e econômicos vigentes, apelando para uma nova ordem social, capaz de estabelecer a promoção do bem comum e a igualdade entre todos os povos e todas as pessoas. O texto seguinte é paradigmático, enquanto mostra a relação entre fé e vida social:

Partindo da comunhão dentro da Igreja, a caridade abre-se, por sua natureza, ao serviço universal, frutificando *no compromisso dum amor ativo e concreto por cada ser humano*. Este âmbito qualifica de modo igualmente decisivo a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral. É de se esperar que o século e o milênio que estão a começar hão de ver a dedicação a que pode levar a caridade para com os mais pobres. Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-Lo, sobretudo, no rosto daqueles com quem Ele mesmo Se quis identificar: “Porque tive fome e destes-Me de comer, tive sede e destes-Me de beber; era peregrino e recolhestes-Me; estava nu e destes-Me de vestir; adoeci e visitastes-Me; estive na prisão e fostes ter Comigo” (*Mt 25,35-36*). Esta página não é um mero convite à caridade, mas uma página de cristologia que projeta um feixe de luz sobre o mistério de Cristo. Nesta página, não menos do que o faz com a vertente da ortodoxia, a Igreja mede a sua fidelidade de Esposa de Cristo.⁴¹

2.4 A ecologia

O tema da ecologia tem sido objeto de uma abordagem relativamente recente por parte do Magistério. Contudo, mesmo sendo um tema novo,

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ *Id.* 49.

tem tido abordagens contundentes por parte do Magistério atual e, de modo significativo, por parte de teólogos e pastoralistas. Já o Papa João Paulo II perguntava: “E como ficar indiferentes diante das perspectivas dum *desequilíbrio ecológico*, que torna inabitáveis e hostis ao homem vastas áreas do planeta?”⁴²

Recentemente, o Papa Bento XVI se refere a tal problemática na *Caritas in Veritate*, de forma especial, nos números 48-51. Ele explica que, se faltar a consciência de que a natureza é fruto da intervenção criadora de Deus e de que o ser humano deve respeitar os equilíbrios intrínsecos da criação, a pessoa pode assumir ou uma relação de tabu, considerando a natureza intocável, ou de abuso, enquanto considera que ela só serve para satisfazer as suas exigências. Daí a necessidade de considerar a criação como expressão do amor de Deus e de sua verdade, e adquirir uma relação de cuidado da natureza e de preservação do ambiente. Esta responsabilidade é global, porque diz respeito a toda a criação e não apenas à energia, apesar de ser lícito “exercer um governo responsável sobre a natureza para a guardar, fazer frutificar e cultivar, inclusive com formas novas e tecnologias avançadas”,⁴³ em benefício de toda humanidade, em vista de um mundo sustentável. Há uma relação entre cuidado da natureza e cuidado da pessoa humana, pois “as modalidades com que o homem trata o ambiente influem sobre as modalidades com que se trata a si mesmo, e vice-versa”.⁴⁴

2.5 Colaboração dos leigos

Pode-se assinalar o Vaticano II como o grande despertar da consciência da colaboração dos fiéis leigos no trabalho apostólico da Igreja, embora antes já houvesse sinais dessa consciência, particularmente com o Papa Pio XI.⁴⁵ Na América Latina, as Conferências Gerais do Episcopado são pródigas em acentuar a necessidade da colaboração dos leigos na atividade pastoral das Igrejas Particulares do Continente. Como exemplo, pode citar-se a Conferência de Aparecida, que, além de reafirmar a índole secular dos leigos, destaca que eles são chamados a

⁴² *Novo Millennio Ineunte* 51.

⁴³ *Caritas in Veritate* 50.

⁴⁴ *Id.* 51.

⁴⁵ Ver, a propósito, C. KOSER, *Cooperação dos leigos com a hierarquia ano apostolado*. G. BARAÚNA (org.), *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 1018-1035.

participar na ação pastoral da Igreja, com o testemunho de suas vidas e com “ações no campo da evangelização, da vida litúrgica e outras formas de apostolado, segundo as necessidades locais sob a guia de seus pastores”.⁴⁶

O Papa João Paulo II advertia que esta colaboração deve estar marcada com a identidade cristã, seja no âmbito do mundo quanto no âmbito eclesial:

Tudo isto deve ser naturalmente realizado com um estilo especificamente cristão: compete sobretudo *aos leigos*, no cumprimento da vocação que lhes é própria, fazerem-se presentes nestas tarefas sem nunca ceder à tentação de reduzir as comunidades cristãs a agências sociais. De modo particular, o relacionamento com a sociedade civil deverá verificar-se no respeito da sua autonomia e competência, segundo os ensinamentos propostos pela *doutrina social da Igreja*.⁴⁷

2.6 O esforço ecumênico

A Igreja vem assumindo de forma crescente a tarefa ecumênica como imprescindível a partir do Vaticano II. O Papa João Paulo II reafirma essa posição na Carta *Ut Unum Sint* e na *Novo Millennio Ineunte*. Assim ele se expressa:

Depois, como não mencionar a urgência de fomentar a comunhão no âmbito delicado do *empenho ecumênico*? [...] A oração de Jesus lembra-nos que este dom precisa de ser acolhido e fomentado de maneira sempre mais profunda. A invocação *ut unum sint* é simultaneamente imperativo que nos obriga, força que nos sustenta, salutar censura à nossa preguiça e mesquinhez de coração. É sobre a oração de Jesus, não sobre as nossas capacidades, que assenta a confiança de poder chegar, também na história, à comunhão plena e visível de todos os cristãos.⁴⁸

Urge criar tal consciência em todos os âmbitos da Igreja, de modo especial entre aqueles que se preparam para o ministério ordenado, pois

⁴⁶ *Documento de Aparecida* n. 211.

⁴⁷ *Novo Millennio Ineunte* 52.

⁴⁸ *Novo Millennio Ineunte* 48

serão eles a promover o ecumenismo junto às comunidades que servirão como pastores.⁴⁹

2.7 *O diálogo com a cultura plural, que implica a relação com a laicidade, o respeito à liberdade religiosa e a tolerância religiosa*

A cultura do mundo de hoje é reconhecidamente plural. Por isso, o pluralismo constitui um grande desafio para a fé cristã, além de provocar uma nova tarefa hermenêutica. Isso, porque esse desafio abrange tanto o plano cultural quanto o religioso. A partir daí, surgem questões, como a laicidade, as diferenças de valores vividos pela sociedade contemporânea, a evangelização da cultura e, estritamente do ponto de vista religioso, a liberdade e a tolerância religiosa. Este último aspecto citado torna-se candente no mundo, diante de extremismos e, até, de violência em nome da religião.

2.8 *A missão como meta da Igreja para hoje*

A Conferência de Aparecida afirma a Missão como tarefa fundamental da Igreja no Continente. Ela propõe uma grande Missão Continental, com a finalidade de colocar todo o Continente em “estado de missão” e, assim, anunciar o Evangelho de Jesus Cristo a todos os que já foram batizados, a fim de que eles possam seguir a Cristo, e também aos que ainda não ouviram o nome Dele.⁵⁰

A Missão supõe a necessidade de a ação evangelizadora dar novas repostas aos novos desafios, além de trazer a consciência da identidade religiosa, por parte dos fiéis leigos, e da renovação das estruturas eclesiais, a fim de favorecer a formação espiritual e teológica dos “discípulos missionários”, seguidores de Jesus Cristo.⁵¹

Conclusão

A Igreja vive de Jesus Cristo. Em nome dele, ela anuncia a sua Palavra, o Evangelho da vida. Sem perder a sua identidade e negar sua

⁴⁹ A propósito, ver PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*, de 9 de março de 1998.

⁵⁰ *Documento de Aparecida* n. 551.

⁵¹ *Id.* 129-135.

tradição, as diversas Confissões cristãs, surgidas no decorrer da história da segunda metade do segundo milênio, têm um compromisso crescente com a unidade, pois estão comprometidas em anunciar e testemunhar o mesmo Evangelho de Jesus Cristo. Por isso, urge construir uma caminhada em comum, que testemunhe unidade. Para tal, como afirma o Vaticano II, é preciso a renovação da Igreja, a conversão do coração e a oração unânime. Aí se encontra a alma de todo movimento ecumênico.⁵²

Recebido em: 25/11/2010.

Avaliado em: 12/12/2010.

⁵² Cf. *Unitatis Redintegratio* 6-8.